



A POBREZA NO MUNDO: QUEM ESTÁ A SER 'DEIXADO PARA TRÁS'?

As várias crises globais em curso estão a contribuir para reverter os progressos no combate à pobreza a nível mundial. A tendência é de concentração progressiva da pobreza extrema na África Subsaariana e nos países em situação de fragilidade e afetados por conflitos.

Em 2024, a população a viver em situação de pobreza extrema (que vive com menos de \$2,15 USD por dia, o que corresponde ao limiar mínimo definido pelo Banco Mundial²) é de cerca de 692 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,4% da população mundial. Este número tem vindo a seguir uma tendência decrescente desde o início dos anos 1990, com alguns pontos de inflexão (Figura 1), e de forma particularmente acentuada nessa década, maioritariamente em resultado da redução da pobreza na China, cuja dimensão em termos populacionais explica o grande impacto nos números a nível global.

O panorama começou a mudar a partir de 2005, e ainda mais na segunda década do presente século, com um abrandamento na redução da pobreza extrema e também com um aumento do número de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar severa, consecutivamente desde 2018 (Nações Unidas, 2024a). Mais recentemente, verificou-se mesmo uma reversão nos números absolutos da pobreza, com o número de pessoas em pobreza extrema, no período entre 2020 e 2024, a ser sempre superior ao registado em 2018 e 2019 (Banco Mundial, s.d.), e com enfoque particular nos países de baixos rendimentos, que não conseguiram recuperar para os níveis pré-pandemia.

Os efeitos das crises cumulativas na pobreza

A confluência de crises registadas nos últimos anos – pandemia, guerra na Ucrânia, urgência climática e ambiental, crise alimentar e energética, etc. – tem conduzido a uma reversão nos ganhos de desenvolvimento a vários níveis, com efeitos desproporcionais nos países que já registavam maiores índices de pobreza e de vulnerabilidade (Mahler e Lakner, 2022; Abidoye et al, 2021). Só entre 2020 e 2022, estima-se que esses impactos tenham colocado um número adicional

de entre 75 e 95 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, face àquilo que eram as projeções antes da pandemia (Mahler et al, 2023).

No que respeita às desigualdades, em contraste com uma era de convergência nos rendimentos globais – uma vez que durante três décadas o hiato (*gap*) de rendimentos no mundo foi diminuindo, com as economias com menores rendimentos a crescerem mais do que as economias de rendimento elevado – essa tendência inverteu-se a partir de 2020 (Yonzan, Mahler e Lakner, 2022). Alguns economistas apontam que a década de 2020 pode ser “uma década perdida”, se não existir uma mudança drástica de políticas, com maior enfoque no crescimento inclusivo, nas capacidades produtivas e nas políticas sociais – usando a expressão utilizada para a década de 1980, em que muitos países em desenvolvimento registaram uma estagnação ou agravamento das condições de vida (Summer et al, 2023).

O número de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou severa aumentou 350 milhões entre 2020 e 2022 (Nações Unidas, 2024a), com incidência particular em África. Este aumento da subnutrição, fome e insegurança alimentar

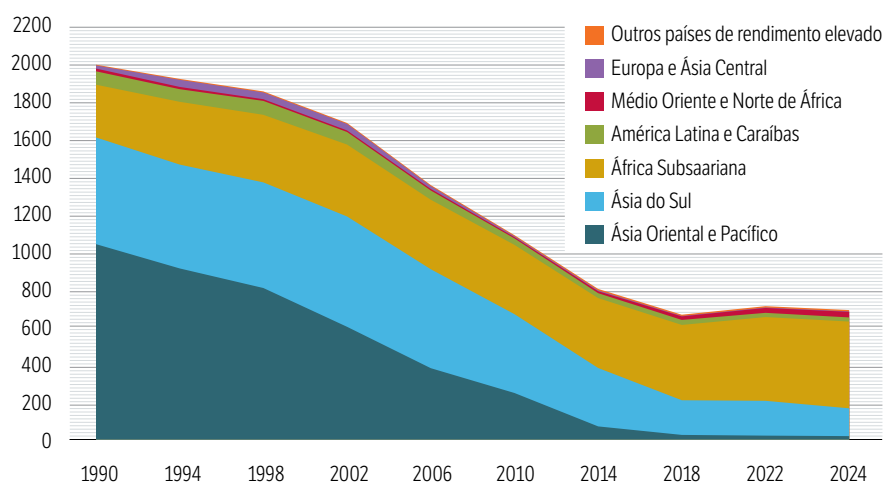
está relacionado, em boa parte, com os efeitos sobrepostos das crises globais, desde os impactos sociais e económicos da pandemia ao agravamento das alterações climáticas (p. ex., com o aprofundamento de fenómenos de seca prolongada e de eventos meteorológicos extremos que destroem meios de subsistência), bem como aos impactos da guerra na Ucrânia. Com efeito, a guerra teve um impacto particular nos países africanos, muito dependentes das importações, como os países da África Oriental (especificamente no Corno de África) e alguns do Norte de África, os quais dependiam significativamente dos cereais da Ucrânia e se viram a braços com a interrupção das cadeias de abastecimento e com a pressão inflacionista nos alimentos, fertilizantes e energia – que se vieram juntar à tendência, já anterior, de aumento dos preços dos alimentos nos mercados mundiais.

Tudo isto é, mais uma vez, sentido de forma desproporcional pelos segmentos populacionais mais pobres, uma vez que estes dispõem de uma proporção muito maior do seu rendimento em bens essenciais, como alimentação e energia, e não dispõem de poupanças para amortizar os efeitos da subida dos preços (Gill e Nagle, 2022).

FIGURA 1. POBREZA EXTREMA NO MUNDO, 1990-2024

População que vive com menos de \$2,15 USD/dia, em PPP (milhões de pessoas)

Fonte: Banco Mundial, Poverty & Inequality platform, <https://pip.worldbank.org/home>



A nível dos países, a crise de alimentos e energia e os pagamentos de dívida contribuíram para enormes pressões orçamentais. Desde 2020, o peso do serviço da dívida em percentagem das receitas do Estado tem subido particularmente nos países de rendimentos mais baixos, contribuindo para impossibilitar maior investimento público em políticas e setores sociais essenciais ao desenvolvimento (CNUCED, 2023; WID, 2024b; PNUD, 2023). Em 2024, quase dois terços dos países com rendimentos baixos estão em risco elevado ou em situação de sobre-endividamento e 40% da população mundial vive em países onde os governos despendem mais recursos no pagamento de juros do que na educação ou na saúde (UNDESA, 2024). Isto limita consideravelmente a sua capacidade de planearem e apostarem numa transformação sustentável que permita processos de recuperação e de desenvolvimento equilibrados. As projeções apontam para cerca de 600 milhões de pessoas a viverem em pobreza extrema em 2030 e para uma estagnação do número de pessoas em insegurança alimentar severa e aguda – em torno dos 665 milhões (Summer et al, 2023; Nações Unidas, 2024b). Isto contraria as aspirações expressas pelos organismos multilaterais e pelos acordos globais como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015, na qual se preconizava a erradicação da pobreza extrema e da fome em todos os lugares do mundo nesse horizonte temporal (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2). A isto acresce o facto de os números reais da pobreza serem muito mais elevados, tendo em conta que o limiar da pobreza extrema de \$2,15 USD/dia, mesmo tendo sido recentemente atualizado, não garante, na maioria dos casos, os níveis mínimos de dignidade humana e de condições de vida básicas. Se considerarmos o limiar seguinte definido a nível mundial – \$3,65 USD/dia – o número de pessoas mais do que duplica (em 2024, 1,73 mil milhões de pessoas viviam abaixo deste limiar) e se formos para o terceiro limiar – \$6,85 USD/dia – verifica-se que 3,53 mil milhões de pessoas, ou 43% da população mundial, estava abaixo desse nível (Banco Mundial, s.d.). Por outro lado, o enfoque da análise está, aqui, apenas colocado na pobreza monetária, quando a pobreza constitui um fenómeno complexo e multidimensional,

FIGURA 2. EVOLUÇÃO DA POBREZA NA ÁFRICA SUBSAARIANA, 1990-2024
Número de pessoas que vive abaixo dos três limiares internacionais da pobreza (milhões de pessoas)
Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do Banco Mundial (<https://pip.worldbank.org>).

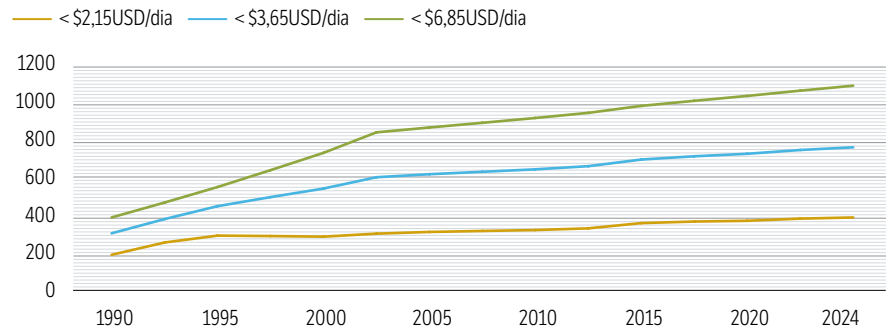
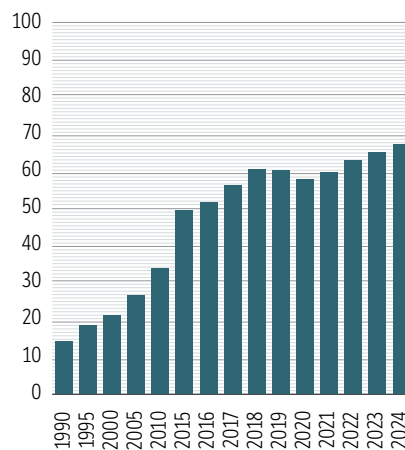


FIGURA 3. POBREZA EXTREMA NA ÁFRICA SUBSAARIANA (em % da população mundial que vive abaixo dos \$2,15USD/dia)
Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do Banco Mundial (<https://pip.worldbank.org>)



que incorpora desigualdades no acesso a bens materiais e imateriais, como a negação de direitos humanos fundamentais, a garantia de proteção e segurança, o acesso a informação, ao trabalho digno, a participação nos processos de tomada de decisão, o acesso e posse de recursos naturais, o acesso a serviços básicos como a educação e a saúde, entre outros. Alguns índices compostos, como o Índice da Pobreza Multidimensional – IPM (que interliga várias dimensões da pobreza no âmbito da saúde, educação e padrões de vida, que afetam diretamente a vida e bem-estar das pessoas) ou o Índice do Desenvolvimento Humano – IDH (que combina o PIB *per capita* com indicadores de esperança média de vida e de escolaridade) apresentam uma ilustração um pouco mais fidedigna das condições de vida nas várias regiões do mundo. No entanto, também neste âmbito, o período de evolução mais favorável foi entre 1990 e 2000 e os resultados mais recentes não são animadores. Em 2020, o IDH registou uma regressão pela pri-

meira vez desde que é medido (1990) e caiu por dois anos consecutivos (PNUD, 2022), enquanto o IPC revela como, em algumas zonas geográficas e grupos sociais, a coincidência entre a intensidade e incidência da pobreza a torna um fenómeno particularmente difícil de ultrapassar. Outros indicadores são importantes para avaliar as condições de vida, como a energia (cerca de 685 milhões de pessoas não tem acesso a eletricidade) ou a água (mais de 2 mil milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável segura) (Nações Unidas, 2024b).

A geografia da pobreza – Quem está a ser “deixado para trás”?

Na África Subsaariana, o número absoluto de pessoas em situação de pobreza tem aumentado progressivamente, em particular desde 2015, nos três limiares internacionais definidos (Figura 2). O alto crescimento populacional, conjugado com uma distribuição desigual e pouco eficaz dos ganhos económicos e com um conjunto de fatores ligados à estrutura das economias e à (in)capacidade de resposta a choques externos contribuíram para esse aumento, apesar de altas taxas de crescimento económico em vários países africanos.

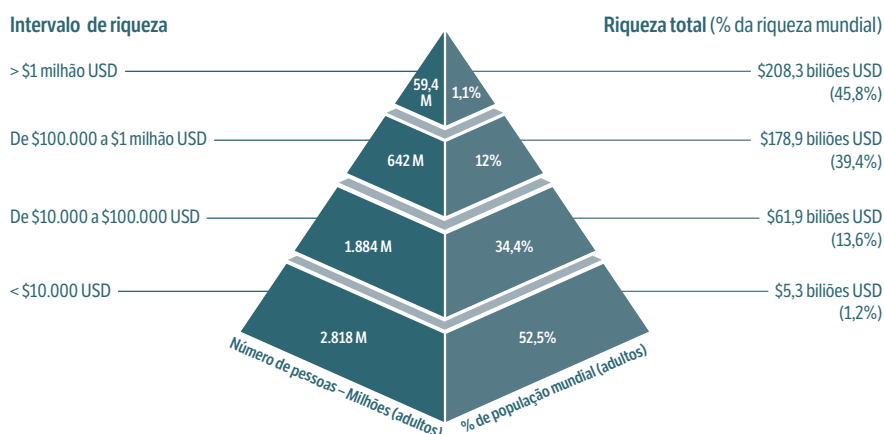
Em termos relativos, os números revelam que o peso de África na população mundial que se encontra em situação de pobreza extrema tem vindo a aumentar. No ano 2000, o total da população africana que vivia com menos de \$2,15USD/dia representava 21,3% da população mundial nessa situação, enquanto em 2024 já representa 67,1% (Figura 3). Ou seja, esta é a região onde se encontram cerca de dois terços das pessoas mais pobres do mundo.

A tendência de concentração da pobreza extrema na África Subsaariana deverá reforçar-se: em 2030, a manterem-se as

tendências atuais, dos dez países com maiores taxas de pobreza no mundo, nove serão nesta sub-região. Sendo a pobreza multidimensional, isto está interligado com um vasto leque de elementos definidores das condições básicas de vida. Segundo as Nações Unidas, por exemplo, no que respeita à água e saneamento, em 2030, uma em cada três pessoas não terá acesso a uma fonte melhorada de água potável na África Subsaariana (por comparação com uma em cada dez, na média mundial) e dois terços das pessoas não terão saneamento básico na mesma região (por comparação com uma em cada cinco pessoas, na média mundial). As maiores taxas de mortalidade materna e infantil também se situam, e continuarão a concentrar-se, nesta sub-região. Além disso, mais de metade das pessoas em situação de pobreza extrema viverão em Países Menos Avançados – PMA³ (em comparação com 31% em 2010), ou seja, países que têm múltiplas vulnerabilidades estruturais a nível económico e social e que têm, adicionalmente, registado uma trajetória de divergência nos indicadores económicos relativamente ao resto do mundo, registando também maior dificuldade na atração de financiamento ao seu desenvolvimento (CNUCED, 2023; UNDESA, 2024). Isto significa que o grupo dos “países em desenvolvimento” ou do chamado Sul Global é cada vez mais heterogêneo e que os países mais pobres e vulneráveis têm dificuldades acrescidas em fazerem valer os seus interesses, mesmo no seio desse grupo (Patrick e Huggins, 2023). Outra tendência sobreposta é que a pobreza extrema está a concentrar-se, cada vez mais, em países afetados por conflitos e em situação de fragilidade, muitos dos quais vivem situações de crise persistentes e prolongadas. Estes países apresentam fracos indicadores de desenvolvimento, com a exposição a vários riscos (económico, ambiental, político, social e de segurança) a combinar-se com uma fraca capacidade de resposta do Estado para gerir, absorver ou mitigar esses riscos, gerando um círculo vicioso de perpetuação da fragilidade (OCDE, 2022). Com o aumento da conflitualidade internacional e a degradação das condições de paz e segurança no mundo, os enormes custos e impactos dos conflitos – a nível humano, económico, social – devem ser objeto de especial atenção na análise

FIGURA 4. PIRÂMIDE DA RIQUEZA MUNDIAL, 2023

Fonte: Elaborado com base no Global Wealth Report 2023, UBS/Credit Suisse.



das perspetivas de desenvolvimento e nas políticas de redução da pobreza. A paz é a condição primordial básica e necessária do desenvolvimento, pois sem condições mínimas de paz e segurança humana não existe segurança alimentar, acesso à educação e saúde, meios de subsistência e proteção social, nem confiança nas instituições ou coesão social. Nesse sentido, o aumento do número de pessoas que vive em contexto de conflito, nos últimos anos, é uma tendência preocupante também para a redução da pobreza. O número de pessoas em situação de pobreza extrema que vive em países considerados frágeis é, desde 2020-2021, superior ao das que vive no resto do mundo, estimando-se que, até 2030, dois terços das pessoas nessa situação vivam nesses países (Baier, Kristensen e Davidsen, 2021). Atualmente, o país com maior número de pessoas em pobreza extrema ainda é a Índia, onde se tem verificado uma tendência consistente de diminuição, pelo que, em 2030, os dois países com mais pessoas nesta situação deverão ser países considerados frágeis, e ambos afetados por conflitos: Nigéria e República Democrática do Congo, com respetivamente mais de 105 milhões e mais de 75 milhões de pessoas abaixo do limiar mínimo de pobreza. Tudo isto significa que a pobreza se concentrará, cada vez mais, em contextos mais complexos e onde é mais difícil de eliminar. Esta vulnerabilidade terá consequências a longo prazo, dado os círculos viciosos que alimentam a chamada “armadilha da fragilidade”, devendo ser objeto de reflexão aprofundada por parte da comunidade internacional, no tipo de apoio que é prestado e nas prioridades prosseguidas.

As desigualdades e o crescimento da riqueza extrema

Interligado com os dados acima apresentados no que respeita aos vários limiares de pobreza e de rendimentos, em particular a pobreza monetária, está a distribuição da riqueza no mundo, que é altamente desigual (Figura 4). Em 2023, a parcela correspondente aos 1,1% da população com maior nível de riqueza detinha 45,8% da riqueza mundial, enquanto a parcela inferior de mais de metade das pessoas do mundo – 2,8 mil milhões de pessoas, correspondente a 52,5% da população mundial – detinha apenas 1,2% dessa riqueza (UBS/Credit Suisse, 2023). Esta disparidade tem permanecido relativamente estável nas últimas décadas, com algumas pequenas oscilações, alertando para desigualdades muito pronunciadas. Dentro dos países, em muitos casos, existe uma coincidência entre altos níveis de pobreza e de desigualdade, como se verifica na África Subsaariana. A Europa ocidental e a Oceânia são as sub-regiões com menor desigualdade interna, enquanto a África Subsaariana e a América Latina apresentam maior número de países com altas taxas de desigualdade, medidas pelo Coeficiente de Gini (Figura 5). Nestas duas sub-regiões, em média, a percentagem do rendimento nacional detido pela metade da população com menores rendimentos – o chamado “*bottom 50%*” – é de menos de 10% do total, enquanto a parcela dos 10% mais ricos da população detém mais de 50% do rendimento nacional. Por comparação, na Europa, em média, os primeiros detêm quase 20% do rendimento nacional e os segundos pouco acima dos 35% (WID, 2024a). Esta questão é relevante para o desenvolvimento, pois só se se verificar uma

diminuição significativa do número de pessoas em risco de pobreza e se os setores de população com rendimentos mais baixos melhorarem os seus rendimentos de forma mais rápida e acentuada do que os setores com maiores rendimentos será possível atingir um desenvolvimento mais abrangente e com benefícios reais e alargados para as sociedades. Isto significa que as políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza estão inevitavelmente ligadas a questões como a redistribuição da riqueza, a justiça fiscal, as políticas de apoio e discriminação positiva de determinados grupos sociais e segmentos da população, entre outras.

Uma tendência recente, potenciada pelos efeitos das várias crises em curso, é o crescimento exponencial da “riqueza extrema” ou dos chamados “ultra-ricos” (World Inequality Lab, 2023; Forbes, 2024). Com efeito, enquanto a percentagem de riqueza global detida pelo chamado “*bottom 50%*” da população mundial tem permanecido estável desde 1995 (entre 1% e 2%), verifica-se que a maior fatia da riqueza monetária gerada nos últimos anos tem ido, especificamente, para a parcela dos 1% mais ricos. Os efeitos da pandemia vieram reforçar esta tendência e fazer disparar o número de milionários (62,5 milhões de pessoas) e, especialmente, do grupo de ultra-ricos, que aumentou mais de 50% só entre 2020 e 2022 (UBS/Credit Suisse, 2023).

Este crescimento e concentração da riqueza extrema num número muito reduzido de pessoas, que detém níveis de riqueza superiores ao PIB de muitos países – e cujo crescimento da riqueza não passa, maioritariamente, por setores produtivos – tem suscitado um questionamento sobre o tipo de modelo de crescimento e de paradigma económico que é prosseguido. Nesse sentido, vários movimentos e organizações têm proposto medidas para reduzir as desigualdades reforçadas pelas atuais crises, apostando numa economia que funcione para as pessoas e que gere benefícios de desenvolvimento.

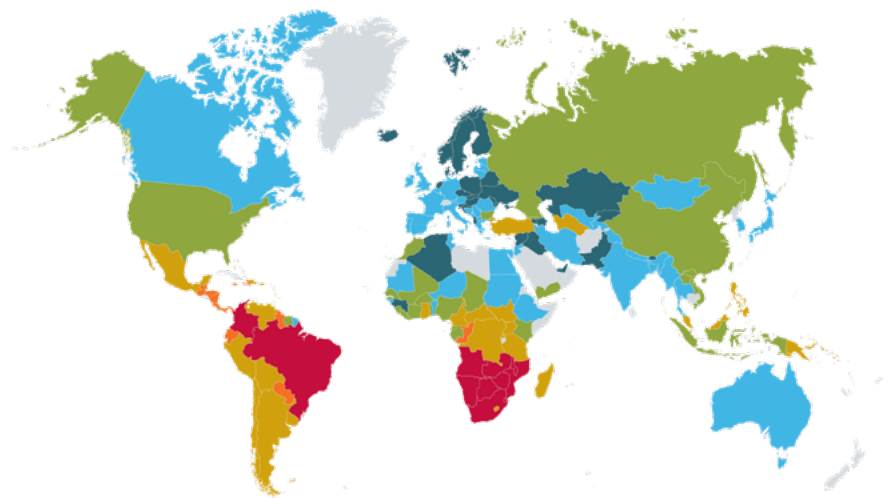
As medidas no sentido de uma maior justiça fiscal situam-se neste âmbito. Vários multimilionários (como Bill Gates) fazem parte de um movimento que advoga uma taxa justa que corresponda a um contributo proporcional das pessoas com maior riqueza, que permita

FIGURA 5. A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO MUNDO

Fonte: Banco Mundial, Poverty & Inequality platform.

Nota: O Coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

■ <30 ■ 30-35 ■ 35-40 ■ 40-45 ■ 45-50 ■ 50+



uma maior redistribuição. Em novembro de 2024, os países do G20 aprovaram uma proposta que prevê a tributação efetiva destas pessoas, bem como a cooperação no combate à evasão fiscal e a práticas fiscais prejudiciais. Calcula-se

que um imposto de apenas 2% sobre os rendimentos dos “ultra-ricos” poderia gerar mais de \$250 mil milhões USD anualmente, recursos essenciais para financiar o desenvolvimento, combater a pobreza e apoiar a transição ecológica. ●

Notas

¹ Artigo elaborado no âmbito do projeto “Desafios Globais para um Desenvolvimento Global”, implementado pelo Clube de Lisboa, Plataforma para o Crescimento Sustentável e Universidade Autónoma de Lisboa.

² Em setembro de 2022, o limiar internacional da pobreza extrema, baseado no rendimento individual por dia, passou de \$1,90 para \$2,15 USD (em PPP), considerando-se que as pessoas abaixo desta linha vivem em situação de pobreza extrema. Os outros dois limiares de pobreza utilizados internacionalmente são o de 3,65 USD/dia e de 6,85 USD/dia.

³ Segundo a classificação das Nações Unidas, PMA são países de rendimento baixo que se confrontam com os mais graves impedimentos estruturais ao seu desenvolvimento sustentável. A categoria, que é alvo de revisão a cada três anos, abrange atualmente 44 países, a maioria situados na África Subsaariana: <https://www.un.org/ohrls/content/list-ldcs>.

Referências

- Abidoye, B. et al (2021). Leaving No One Behind: Impact of COVID-19 on the Sustainable Development Goals. PNUD e Frederick S. Pardee Center for International Futures. <https://www.undp.org/publications/leaving-no-one-behind-impact-covid-19-sustainable-development-goals-sdgs>
- Baier, J.; Kristensen, M.; Davidsen, S. (2021). Poverty and fragility: Where will the poor live in 2030? Brookings Institute, abril 2021. www.brookings.edu/articles/poverty-and-fragility-where-will-the-poor-live-in-2030/
- Banco Mundial (s.d.). Poverty & Inequality platform. Base de Dados. <https://pip.worldbank.org/home>
- CNUCED (2023). The Least Developed Countries Report. Nações Unidas. <https://unctad.org/publication/least-developed-countries-report-2023>
- Ferreira, P. M. (2022). Alimentação e Guerra. Brief do projeto “Our Food, our Future”, Instituto Marquês de Valle Flor - IMVF, Lisboa. <https://shorturl.at/ogDPm>
- Ferreira, P. M. (2024). Pobreza e Desigualdades. Ficha de Ação da Campanha TODXS, IMVF e FEC, Lisboa. <https://campanhatodxs.pt/wp-content/uploads/2024/10/ficha-de-acao-pedagogica-pobreza-e-desigualdades-todxs.pdf>
- Forbes (2024). World's Billionaires List: The Richest In 2024. www.forbes.com/billionaires/
- Gill, I.; Nagle, P. (2022). Inflation could wreak vengeance on the world's poor. Brookings, março 2022. <https://www.brookings.edu/articles/inflation-could-wreak-vengeance-on-the-worlds-poor/>
- Mahler et al (2022). Pandemic, prices, and poverty. Blog Banco Mundial, 13.04.2022. <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/pandemic-prices-and-poverty>

- Mahler, D. G.; Lakner, C. (2022). The Impact of COVID-19 on Global Inequality and Poverty. Policy Research Working Papers, Banco Mundial, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/54fae299-8800-585f-9f18-a42514f8d83b>
- Nações Unidas (2024a). The state of food security and nutrition in the world 2024. FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. www.who.int/publications/m/item/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world-2024
- Nações Unidas (2024b). The Sustainable Development Goals Report 2024. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>
- OCDE (2022). States of Fragility. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris. www.oecd.org/en/publications/states-of-fragility-2022_c7fedf5e-en.html
- Partington, R. (2024). ‘A historic step’: G20 discusses plans for global minimum tax on billionaires. The Guardian, 29.02.2024. <https://www.theguardian.com/news/2024/feb/29/taxation-worlds-billionaires-super-rich-g20-brazil>
- Patrick, S.; Huggins, A. (2023). The Term “Global South” Is Surging. It Should Be Retired. Carnegie Endowment, 15.08.2023. <https://carnegieendowment.org/posts/2023/08/the-term-global-south-is-surging-it-should-be-retired>
- PNUD (2022). Human Development Report 2021-2022. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>
- PNUD (2023). The Human Cost of Inaction: Poverty, Social Protection and Debt Servicing, 2020–2023. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Summer, Andy et al (2023). Will growth be enough to end poverty? New Projections of the UN Sustainable Development Goals. UNU-WIDER, outubro 2023. <https://www.wider.unu.edu/publication/will-economic-growth-be-sufficient-end-global-poverty>
- UBS/Credit Suisse (2023). Global Wealth Report 2023
- UNDESA (2024). Financing for Development at a Crossroads. Financing for Sustainable Development Report 2024. <https://desapublications.un.org/publications/financing-sustainable-development-report-2024>
- WID (2024a). Inequality in 2024: a closer look at six regions. World Inequality Database. <https://wid.world/news-article/inequality-in-2024-a-closer-look-at-six-regions/>
- WID (2024b). 10 facts on Global Inequality. World Inequality Database. <https://wid.world/es/news-article/10-facts-on-global-inequality-in-2024-4/>
- World Inequality Lab (2023). Global wealth inequality: the rise of multimillionaires. In World Inequality Report 2022. <https://wir2022.wid.world/chapter-4/>
- Yonzan, N.; Mahler, D.; Lakner, C. (2022). The end of an era of global income convergence. Blog Banco Mundial, 15.12.2022. https://blogs.worldbank.org/en/developmenttalk/end-era-global-income-convergence?cid-pov_tt_poverty_en_ext